

**RESPOSTA DAS PERGUNTAS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada em
27 de dezembro de 2018**

(45:55) 1º Munícipe inscrito: SIDNEY CAMPOS

Boa noite, moro no Jardim das Indústrias. Em 2012 morreram cinco pessoas no Rio Comprido, na época fui lá ajudar os moradores e eu gostaria de saber, primeiro: quais as ações que a prefeitura está tomando efetivamente para alertar esses familiares, para que não venha mais acontecer essas mortes.

A ocorrência no bairro do Rio Comprido foi em janeiro de 2011, causando 5 óbitos, e desde então a Prefeitura vem orientando os moradores sobre a área de risco. Também tem efetuado o atendimento destes moradores da área de risco com encaminhamento junto ao programa habitacional do município ou auxílio moradia.

No Jardim das Indústrias tem uma comunidade que mora na via próxima a via oeste, é uma área de risco e gostaria de saber o que o Senhor tem esta informação, o que a prefeitura vai fazer para ajudar esses moradores?

A própria construção da Via Oeste já executou algumas contenções na encosta, sendo que parte dos moradores que estão ocupando área publica poderão ser encaminhados ao programa habitacional do Município, e a outra parte que estão em área regular deverá ser orientada para executar as medidas mitigadoras.

A terceira questão seria sobre a Chácara Havaí, tenho uma prima que mora lá e ao lado da casa dela tem uma construção que a coluna está bem fina e a gente percebe que a qualquer hora a casa pode desabar.

Quanto à moradora da localidade Chácaras Havaí, a mesma deverá solicitar uma visita da Defesa Civil através do número 156 ou 190 – COI, para uma avaliação do imóvel.

O que pode estar sendo feito para que e pra quem a gente passa essas informações?

A Associação dos Moradores pode procurar a Prefeitura solicitando a participação da Defesa Civil em uma das reuniões da associação para

apresentar o plano referente à área de risco de seu bairro, e orientar os moradores do local.

Qual o setor correto para que a população possa transmitir essa informação?

O setor ideal para a população solicitar as informações é através da Defesa Civil, podendo fazê-lo através dos números 156 ou 3929-1012.

(47:25) 2º Município inscrito: LUCAS LACAZ

Questionamento sobre o Rio Comprido, na rua 1 estava sendo a melhor rua de São José dos Campos, como que a prefeitura estava fazendo a rua e não se atentou a este risco de desabamento.

O bairro do Rio Comprido é um núcleo informal com uma parte em área de risco sujeito a deslizamento e outra parte sujeita a inundação, entretanto grande parte bairro é passível de regularização, onde foi executada a pavimentação na Avenida Um que também serve de ligação ao outro bairro no município de Jacareí-SP.

Fiz a sugestão para o Georges, tem que ser uma coisa mais rápida para acessar a este GARD, um e-mail ou telefone fixo ou WhatsApp desse GARD, para que as pessoas acessem.

O GARD é um setor administrativo, as denúncias de fiscalização de posturas municipais deverão ser encaminhadas diretamente ao DFPM através dos números 3901-4120 e 156, quanto às obras particulares deverão ser encaminhadas ao DFOP através dos números 3947-8166 e 156. O e-mail do GARD é gard@sjc.sp.gov.br e o número de contato é 3947-8434.

Obs.: as solicitações pelo número 156 atendem diversos prestados pela PMSJC.

Eu já tentei fazer um alerta de uma área que eu faço uma atuação que estão jogando água pluvial e eu estou vendo, já foram engenheiros ver também, que tem rachaduras na vertical, horizontal e diagonal e continua caindo esta água, são três ou quatro canos e estão jogando água numa área que tem declividade de 45 graus e está abrindo uma erosão.

As solicitações deverão ser encaminhadas pelo número 156, que será redirecionada ao setor competente.

Quais são as medidas a serem tomadas por quem está jogando a água ou o dono do terreno tomar uma providência.

As solicitações deverão ser encaminhadas pelo número 156, que será redirecionada ao setor competente.

(49:25) 3º Munícipe inscrito: OSWALDO SOARES

Dois minutos não dá pra falar nada, o governo não dá voz ao povo, não é só este governo, nenhum deles deu. Moro no Alto da Ponte há 57 anos e sou presidente da sociedade do bairro há 8 anos. Uma reunião dia de hoje é totalmente inoportuna, isso aqui poderia estar lotado, marcar uma reunião dia 27/12 é uma falta de sensibilidade.

Esta audiência foi realizada em um dia útil, em horário ideal e local próprio com fácil acesso para atender a população, que ocupou cerca 70% deste auditório, publicada no período correto com o material disponibilizado para consulta pública.

No caso do Banhado, onde que tem risco no Banhado? Não tem risco nenhum. O governo quer tirar o povo do Banhado de qualquer maneira.

O núcleo informal denominado Banhado não faz parte do Plano Municipal de Redução de Riscos.

Sobre o Águas de Canindú não adianta mandar a fiscalização, a guarda municipal e pedir para o pessoal sair, não adianta dar um colchão, uma cesta básica e um cobertor e mandar ficar numa quadra até resolver o problema. Se quer tirar o pessoal de lá tem que ter tudo pra fazer isso né? Dê uma casa decente pra eles morarem que eles morarem.

O bairro Água de Canindú é um núcleo informal, onde não é permitida a construção, portanto, o parcelamento é fiscalizado pela Prefeitura para coibir novas construções.

As mudanças realizadas no bairro Águas do Canindú ocorreram devido ao risco das moradias e os moradores foram encaminhados ao programa habitacional ou auxílio moradia.

(51:40) 4º Município inscrito: CARLOS RENNÓ:

Boa noite a todos. Sou Carlos Rennó, presidente da SAB da Vila Letônia. Eu fiquei contente em saber que pelo menos existe um Plano agora, eu não sabia, né. Porque nós temos também na nossa região, lá – na Vila Nair – a parte do final na Rua Finlândia, um cotovelo – o Daniel deve conhecer um pouco lá – é uma região, um beco, que desce né, que faz ponto com o terreno do CTA. Então eu gostaria de saber se isso tem vistoria da Defesa Civil, da região né, porque a gente sempre desce lá e dá pra ver que é um morro bem íngreme. Então minha preocupação seria mais isso.

A Associação dos Moradores pode procurar a Prefeitura solicitando a participação da Defesa Civil em uma das reuniões da associação para apresentar o plano referente à área de risco de seu bairro, e orientar os moradores do local.

O setor ideal para a população solicitar as informações é através da Defesa Civil, podendo fazê-lo através dos números 156 ou 3929-1012.

(53:05) 5º Munícipe inscrito: JOSÉ MORAES BARBOZA:

Boa noite. Bom, primeiro lugar eu gostaria de advertir a Prefeitura sobre a data inoportuna, o local inoportuno da realização dessa audiência pública. É uma aberração o que está acontecendo! É um desrespeito à população de SJC a Prefeitura marcar uma audiência pública justamente entre o Natal e a passagem do ano. No meu entendimento, essa audiência pública não tem legitimidade alguma! Porque afinal de contas, esse estudo que foi apresentado pela Prefeitura, não tem sequer a participação popular.

Esta audiência foi realizada em um dia útil, em horário ideal e local próprio com fácil acesso para atender a população, que ocupou cerca 70% deste auditório, publicada no período correto com o material disponibilizado para consulta pública.

Não há por parte da Prefeitura - a meu ver, um estudo de macro drenagem - estudo de macro drenagem é o que deveria proporcionar à Prefeitura e a população condições reais, concretas e objetivas de se fazer um diagnóstico dos bairros, das regiões... um estudo da macro bacia, da micro bacia. Isso tudo precisava ser avaliado estruturalmente. Infelizmente, o que está sendo apresentado aqui, não está fundamentado no estudo de macro drenagem, assim como o Plano Diretor também não. Então, isso que está acontecendo aqui hoje, cidadãos, é uma aberração! É um desrespeito da Prefeitura, do Prefeito, do secretariado da Prefeitura... do fato efetivamente de se convocar uma audiência pública no momento inoportuno, no momento inadequado! Onde a população praticamente está à margem do que está acontecendo, isso é um descaso - a meu ver - é um desrespeito. As autoridades estão tratando com indiferença essa população. Portanto - a meu ver - esse estudo não tem legitimidade (gritos e palmas). A estrutura deve ser outra. A sociedade deve ser prioridade acima de tudo, quantos às questões relacionadas à cidade, quanto à questão da saúde e a qualidade de vida da população de SJC. Não é dessa forma que nós vamos melhorar a qualidade de vida dessa cidade. Precisamos respeitar o cidadão de SJC, por isso é legítima toda e qualquer ação da população que está presente neste recinto.

(56:10) 6º Município inscrito: GABRIEL ALVES DA SILVA JR.

Boa noite a todas e a todos. Estou aqui pra registrar (interrupção) Sou do Conselho Gestor do Plano Diretor. Venho aqui registrar que este Plano não cumpriu os requisitos legais. O processo de elaboração do Plano de Área de Risco não foi elaborado com a população e isso viola a regra dos planos participativos. Todo Plano Diretor é necessário que ele tenha sido através de um conselho gestor no processo de elaboração e um processo de discussão. Não houve esse processo - essa é a primeira questão. A segunda questão: esse plano tinha que ser discutido antes do Plano Diretor. A outra questão: deveria ter um plano diretor de macro drenagem para ser um documento anterior ao plano de área de risco. Então justamente a ausência deste cumprimento destas formalidades... Esse plano é um plano de obras, é um plano de ações, da gestão da Prefeitura, não é um plano diretor de Área de Risco, então está invalidado esse plano... nós vamos impugnar esse processo, não estão em condições, não foi discutido determinadas áreas, não foi construído com a população. Os estudos técnicos... nós tínhamos até o momento estudos da UNIVAP que foram abordados e foram contratados por essa consultoria do IPPLAN. Hoje não está presente, conduzindo o processo, nenhum secretário da pasta que seria de urbanismo e meio ambiente, não está presente. Então, todas as faltas desses requisitos invalida esse processo. Obviamente nós deveremos representar isso no MP - face a esse descumprimento. Fica a palavra com a comunidade para manifestar essas questões.

O PMRR – Plano Municipal de Redução de Risco foi iniciado em agosto de 2016 e realizado em duas etapas, sendo a primeira etapa concluída com apresentação em 12 de dezembro de 2016 as 14h00 neste mesmo prédio público. Esta etapa era composta por 17 áreas, e o restante (38 áreas) entregue posteriormente e analisado para a audiência pública em 2018.

Quanto à legitimidade desta audiência, informo que foram atendidas todas as formalidades necessárias, e a mesma foi realizada em um dia útil, em horário ideal e local próprio com fácil acesso para atender a população, que ocupou cerca 70% deste auditório, publicada no período correto com o material disponibilizado para consulta pública.

Encerrado.